

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO N.º 388 /GP/00

EM, 29 DE SETEMBRO DE 2000.

Senhor Presidente,



Tenho a grata satisfação de encaminhar a apreciação dessa Augusta  
Edilidade o incluso Projeto de Lei n.º 768 de 29 de Setembro de 2000, que **"Estima  
a Receita e fixa a Despesa do Município de Ouro Preto do Oeste para o  
exercício financeiro de 2001."**

Sem outro particular para o momento, uso do ensejo para reafirmar a Vossa  
Excelência e seus ilustres Pares minhas expressões de admiração e respeito. ✓

Atenciosamente,

**CARLOS MAGNO RAMOS**  
Prefeito



EXMº. SR. VEREADOR

**VALDINEI DOS SANTOS MOITINHO**

MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
NESTA.

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
GABINETE DO PREFEITO

Mensagem n.º 751 de 29 de Setembro de 2000.

**Senhores Membros da Câmara Municipal,**



Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2001.

O Orçamento Anual do Município prevê todos os recursos e fixa todas as despesas do Governo Municipal, referentes aos Poderes Legislativo e Executivo.

As despesas fixadas no orçamento são cobertas com o produto da arrecadação dos impostos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços (ISS) entre outras receitas tributárias, bem como as Transferências por força de mandamento constitucional, como o as cotas de FPM e ICMS ou ainda as transferências oriundas de convênios específicos com outras esferas de Governo. Os gastos do governo podem também ser financiados por operações de crédito - que nada mais são do que o endividamento do Tesouro Municipal junto ao mercado financeiro interno. Este mecanismo implica o aumento da dívida pública.

As receitas são estimadas pelo governo. Por isso mesmo, elas podem ser maiores ou menores do que foi inicialmente previsto. Se a economia crescer durante o ano, mais do que se esperava, a arrecadação com os impostos também vai aumentar. O movimento inverso também pode ocorrer.

Com base na receita prevista, são fixadas as despesas dos poderes Executivo e Legislativo. Depois que o Orçamento é aprovado pela Câmara, o governo passa a gastar o que foi autorizado. Se a receita do ano for superior à previsão inicial, o governo encaminha a Câmara um projeto de lei pedindo autorização para incorporar e executar o excesso de arrecadação. Nesse projeto, define as novas despesas que serão custeadas pelos novos recursos. Se, ao contrário, a receita cair, o governo fica impossibilitado de executar o orçamento na sua totalidade, o que exigirá corte nas despesas programadas.

Tem sido constante a preocupação do governo municipal em assegurar que as propostas de lei orçamentária baseiem-se em premissas as mais realistas possíveis e reflitam com o máximo de exatidão os objetivos da política fiscal, seja em termos do resultado primário pretendido, seja em termos de prioridades nas ações de governo.

Assim, a proposta orçamentária que o Executivo submete à apreciação da Câmara Municipal é realista em suas premissas, condizente com as prioridades

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

definidas para o conjunto do governo municipal e ajustada aos objetivos de consolidação da estabilidade entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Essas, Senhores Membros da Câmara Municipal, são as considerações que ora submeto, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo exercício financeiro, à elevada apreciação de Vossas Excelências. ✓

Palácio dos Pioneiros,

  
**CARLOS MAGNO RAMOS**  
**Prefeito**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

PROJETO DE LEI N.º 768

GABINETE DO PREFEITO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
APROVADO DE 29 DE SETEMBRO DE 2000.  
1ª Votação  
Quorum: 12 Votos  
Sessão: Ordinária Horas: 19.00  
Em 27 de 11 de 00



**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001".**

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º) O Orçamento Fiscal do Município de Ouro Preto do Oeste, abrangendo os órgãos da Administração Direta para o exercício financeiro de 2001, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 15.600.000,00 (quinze milhões e seiscentos mil reais), e da Administração Indireta em R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes a esta Lei, com o seguinte desdobramento:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**1.0 - RECEITAS CORRENTES**

- 1.1 - Receita Tributária
- 1.3 - Receita Patrimonial
- 1.7 - Transferências Correntes
- 1.9 - Outras Receitas Correntes

**14.704.000,00**  
1.087.000,00  
4.600,00  
13.487.500,00  
124.900,00

**2.0 - RECEITAS DE CAPITAL**

- 2.2 - Alienação de Bens
- 2.4 - Transferências de Capital
- 2.5 - Outras Receitas de Capital

**896.000,00**  
27.000,00  
866.000,00  
3.000,00

**TOTAL DA ADM. DIRETA**

**15.600.000,00**

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
GABINETE DO PREFEITO

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**IPSM - Instituto de Previdência dos Serv. Mun. - OPO**

**1.0 - RECEITAS CORRENTES**

- 1.2 - Receitas de Contribuições
- 1.3 - Receita Patrimonial
- 1.7 - Transferências Correntes
- 1.9 - Outras Receitas Correntes

**2.0 - RECEITAS DE CAPITAL**

- 2.3 - Amortização de Empréstimos
- 2.4 - Transferências de Capital

**TOTAL**

**541.779,94**

437.085,50

68.862,24

1.424,75

34.407,45

**70.220,06**

35.997,84

34.222,22

**612.000,00**



Art. 3º) A Despesa da Administração Direta e Indireta serão realizadas segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa integrantes desta Lei.

**1 - POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

- 01 - Legislativa
- 03 - Administração e Planejamento
- 04 - Agricultura
- 08 - Educação e Cultura
- 09 - Energia e Recursos Minerais
- 10 - Habitação e Urbanismo
- 11 - Indústria, Comércio e Serviços
- 13 - Saúde e Saneamento
- 15 - Assistência e Previdência
- 16 - Transporte

**TOTAL DA ADM. DIRETA**

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

- 15 - Assistência e Previdência (IPSM)

**TOTAL DA ADM. INDIRETA**

- 2 - POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

1.100.000,00

2.832.200,00

70.000,00

4.371.500,00

51.000,00

821.000,00

60.000,00

3.691.000,00

803.100,00

1.800.200,00

**15.600.000,00**

612.000,00

**612.000,00**

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
GABINETE DO PREFEITO

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**01 - PODER LEGISLATIVO**

01.01 - Câmara Municipal

**02 - PODER EXECUTIVO**

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.02 - Secretaria Municipal de Administração

02.03 - Secretaria Mun. de Planejamento e Fazenda

02.04 - Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes

02.05 - Secretaria Municipal de Saúde

02.06 - Secretaria Municipal de Ação Social

02.07 - Secretaria Mun. de Infra-Estrutura e Agricultura

**TOTAL DA ADM. DIRETA**

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**03 - IPSM - Instituto Previd. dos. Serv. Mun. - OPO**

03.01 - IPSM - OPO/RO

Art. 4º) Os Orçamentos das Despesas da Administração Indireta poderão ser expandidos até o limite das efetivas arrecadações.

Art. 5º) Todas as Receitas da Administração Direta, vinculadas ou não, de qualquer fonte, serão obrigatoriamente recolhidas à Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, que depositará os recolhimentos em Agências Bancárias, à conta da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste, para sua movimentação.

Art. 6º) Fundamentado na Constituição Federal e na Lei n.º 4.320 de 17 de Março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a:

§ 1º) Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964.

§ 2º) Proceder a transposição total ou parcial de recursos de um elemento de despesa para outro dentro do mesmo Projeto ou Atividade.

§ 3º) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da receita estimada, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º) Aplicar o saldo que houver .



**1.100.000,00**

1.100.000,00

**14.500.000,00**

494.500,00

2.252.500,00

275.400,00

4.371.500,00

3.061.000,00

641.000,00

3.404.100,00

**15.600.000,00**

612.000,00

ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 7º) Os Quadros de Detalhamento da Despesa QDD, serão publicados obrigatoriamente até 10 (dez) dias após a publicação desta Lei.

Art. 8º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2000.

Art. 9º) Revogam-se as disposições em contrário. ✓

  
**CARLOS MAGNO RAMOS**  
**Prefeito**

